

### A Europa das medidas concretas também necessita de ideais

A cimeira em Bratislava dos 27 chefes de Estado e de governo da UE – todos menos Theresa May – era uma oportunidade para relançar o projeto europeu, depois do grande golpe do *Brexit*. Mas a abordagem demasiado pragmática que foi imposta na reunião, deixa em evidência a falta de acordo em torno de uma visão mais ampla da UE.

O antecedente desta cimeira informal aconteceu na reunião que os 27 mantiveram em junho passado, poucos dias depois da vitória do *Brexit* no referendo britânico. Os dirigentes europeus acordaram então iniciar uma reflexão sobre o que estava a ir mal na UE e sobre os possíveis remédios. O debate começaria em Bratislava e acabaria em março de 2017, coincidindo com o 60.º aniversário do Tratado de Roma.

Mas a verdade é que a cimeira de Bratislava deixou bastante “acomodado” o debate. Os 27 dedicaram a manhã de 16 de setembro a fazer um diagnóstico sobre as múltiplas crises que atravessa a UE; no almoço, centraram-se sobretudo na interpretação do *Brexit* e a sessão de trabalho da tarde serviu para definir as prioridades da UE nos próximos meses. O resultado foi a aprovação da [Declaração de Bratislava e de um roteiro](#).

Deve assumir-se que os 27 chegaram a esta cimeira com os trabalhos avançados. É o que sugere a atividade desenvolvida pelo presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, que foi fazendo consultas sobre a reunião com todos os dirigentes europeus. Mas seria de perguntar se a apertada jornada da sexta-feira 16 está à altura do processo de reflexão que o Conselho quer abrir.

O primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi, pensa que não: “Se queremos passar a tarde a escrever documentos sem alma nem horizonte, isso pode ser feito a partir de casa”, disse numa [entrevista](#) publicada dois dias depois no “Corriere della Sera”. Para Renzi, esta reunião tinha de ser um “ponto de inflexão”. Mas, no final, foi mais do mesmo: “Alguém levanta questões de fundo, sérias. E outros respondem com a maquilhagem dos documentos” para dar a impressão de que “todos estamos de acordo”.

As duras críticas de Renzi, eclipsado pelo protagonismo que tiveram na cimeira Merkel e Hollande, apontam para um movimento de fundo: perante o [desencanto com a UE](#), vai-se

impondo a ideia entre alguns dirigentes europeus de que mais do que um debate sobre os ideais que inspiram – ou deveriam inspirar – a Europa, o que faz falta é mais pragmatismo. Claudi Pérez, correspondente do “El País” em Bruxelas, [sintetiza](#) assim a ideia força que se impôs na cimeira de junho: “Basta de grandes discursos e de gerar enormes expectativas, visto que está na hora de fazer funcionar o projeto com decisões concretas”.

A ideia de recuperar a confiança dos cidadãos através de ações tangíveis é o novo mantra que hoje repetem destacados dirigentes da UE, de Merkel a Tusk. Daí que o *roteiro* aprovado em Bratislava insista na apresentação de “medidas concretas” em quatro áreas: o controlo da imigração ilegal, a luta contra o terrorismo; a política de segurança externa e defesa; e a recuperação económica.

Poder-se-ia pensar que esta abordagem pragmática é a mesma que tinham em mente os pais fundadores da UE quando se propuseram impulsionar a integração europeia através de “realizações concretas”, como a partilha das produções de carvão e de aço (ver a [Declaração Schuman](#), 9.5.1950). Mas na Europa unida que aqueles políticos projetaram, havia espaço igualmente para os ideais, como recordou em finais de 2014 o Papa Francisco nos seus [discursos](#) ao Parlamento Europeu e ao Conselho da Europa.

No mesmo dia em que reuniram os dirigentes políticos europeus em Bratislava, Jacques Delors, ex-presidente da Comissão Europeia, [pediu](#) nas páginas do “Le Monde”, “um debate existencial sobre o modo de regressar aos valores que fundaram a Europa”. A UE tem de demonstrar, com efeito, “que não está paralisada” e deve adotar medidas a favor dos direitos humanos, da igualdade, do desenvolvimento, do combate à mudança climática... Mas isso não significa renunciar a um debate profundo sobre a “crise de identidade europeia”.

A “Declaração de Bratislava”, aprovada pelos 27, abre a porta a que o processo de reflexão que esta cimeira deveria ter iniciado aconteça ainda. E assim, menciona a necessidade de melhorar a comunicação com os cidadãos e de lhes oferecer “nos próximos meses, a visão de uma UE atrativa”. Previsivelmente, daqui até março de 2017, é de esperar alguma campanha que insista nessa visão.

J. M.

## Uma violência pouco divina

Para o Ocidente secularizado, o jihadismo é um fenómeno de fundamentalismo religioso. Quem mata ao grito de “Alá é grande” só pode ser alguém intoxicado por uma doentia crença religiosa, pela qual acredita situar-se para lá do bem e do mal. O jihadista seria um fanático empanturrado de leituras do Alcorão e de pregações extremistas, que o levariam a aniquilar o infiel. Por isso, abundam na imprensa as análises sobre se o Islão justifica a violência e, já de passagem, sobre se o monoteísmo, igualmente o cristão, é um caldo de cultura da intolerância.

A dificuldade que têm os serviços de informações em detetar os viveiros do terrorismo islâmico na Europa, já indica que neste campo é de evitar fáceis generalizações. Mas, o que se vai sabendo de jihadistas como os que cometeram atentados em Paris ou se juntaram ao Estado Islâmico (EI), indica que não se destacavam precisamente pela sua religiosidade. Eram pessoas que traficavam drogas, que estavam envolvidas na pequena delinquência, que frequentavam mais as discotecas do que as mesquitas, que bebiam álcool, que eram adeptas de videojogos violentos, que intervinham nas *webs* de namoros; por último, o seu Alcorão não estava desgastado pelo uso.

O EI soube adaptar-se para pescar nestas pescarias. Das centenas de vídeos publicados na Internet, somente um punhado deles tem um carácter religioso. Nada de sermões intermináveis de busto falante como usava a Al Qaeda. Agora são vídeos de poucos minutos, com exibição de violência, decapitações e extermínio do inimigo, com uma linguagem acessível para os dependentes de videojogos violentos, do estilo “Mortal Kombat”.

Neste tipo de personagens, o apelo à religião parece mais uma última tentativa de dar um sentido às suas vidas, até essa altura desestruturadas e banais. Empunhar as armas seria um modo de se sentirem investidos de missão com a auréola de heroísmo.

Morrer a matar em nome do Islão converter-se-ia na forma de expiar uma vida estéril. Este vazio converte-os em recipientes aptos para assumir com rapidez as visões mais extremistas do Islão, que sacralizam a violência contra o infiel. Mas, mais do que ver aqui um excesso de devoção, o que se destaca é uma forma de patologia religiosa, como a desordem alimentar de quem passa da anorexia para a bulimia.

Por isso, dá a impressão de que o remédio não é “relativizar” as crenças religiosas, como sugerem alguns, sempre dispostos a suspeitar das verdades que apelam a um Deus único. No Natal, escuta-se a mensagem cristã de paz e misericórdia, e o chamamento a amar o próximo como a si mesmo. Exceder-se nisto só pode favorecer a convivência, igualmente com os não crentes. Neste sentido, as personagens que viveram mais a fundo a sua fé cristã – desde João Paulo II à Madre Teresa de Calcutá, para referirmos santos recentes – foram as mais pacíficas.

As notícias também nos vão revelando novas atrocidades do EI. Mas embora este tente envolver-se com as vestes do combate pela fé para ganhar novos adeptos, o que mostram os seus atos são velhas pulsões humanas: sede de vingança e de poder, soberba, aniquilação do adversário, exploração do fraco... tudo o que mais se opõe ao autodomínio que a religião sempre tentou inculcar.

Se se trata de compreender o jihadismo para combatê-lo melhor, tem de se começar por não atribuir de maneira simplista à religião as causas de conflitos que se explicam por outros motivos.

I. A.

## O berço é o mealheiro

Para pagar as pensões nos anos de crise, o governo de Mariano Rajoy retirou verbas do Fundo de Reserva da Segurança Social, o qual, em quatro anos, baixou quase para metade: de 66 815 milhões em 2011, para 34 221 em 2015. Os críticos reprovam-lhe esta diminuição no mealheiro das pensões. Mas os mealheiros existem para recorrer a eles quando é necessário. A alternativa era que os pensionistas perdessem poder de compra, algo que nenhum grupo político defende, por se tratar de um grupo de pessoas com o qual ninguém se quer indispor.

Mas muito menos nisto se pode viver dos rendimentos. Daí que tanto o governo de Rodríguez Zapatero como o de Mariano Rajoy tenham tido que reformar os fatores a ter em conta no cálculo das pensões, para garantir a sustentabilidade do sistema. Em última análise, num sistema de repartição como o atual, o principal risco é o desequilíbrio demográfico. Pensões e natalidade são duas faces da mesma moeda. Se não há mais crianças, que são quem vai descontar amanhã, não haverá maneira de manter pensões dignas.

Isto começou a ser reconhecido pelo governo, o qual, no Orçamento de 2016, incluiu um complemento de pensão para as mães que atingem a reforma a partir deste ano. A sua pensão (contributiva, de viuvez ou de incapacidade permanente) foi aumentada numa percentagem que oscila entre 5 % se tiverem dois filhos; 10 % se tiverem três e 15 % se forem quatro ou mais. A fórmula de “mais filhos, mais pensão”, justifica-se, tanto pelos maiores sacrifícios que tiveram de fazer as famílias na criação dos filhos, como pelo seu maior contributo na forma de descontos para o sistema de pensões.

O governo previu que este complemento fique a cargo do Fundo de Reserva, medida discutida por alguns especialistas que pensam deveria ser financiada com impostos. Mas o que em princípio é uma diminuição, no futuro contribuirá para que a

taxa de dependência não suba. Como dizia o [Comité de Peritos](#) que estudou a reforma do sistema de pensões, “é evidente que este risco [demográfico] pode ter impacto na linha de flutuação do sistema de pensões públicas. O sistema de pensões de repartição é muito sensível em última análise à taxa de dependência, isto é, a quantas pessoas estão a receber pensões por cada pessoa a trabalhar. E tudo leva a crer que esta taxa de dependência vai aumentar nas próximas décadas”. Dos 2,7 que descontavam por pensionista em 2007, tinha-se passado para apenas 2 já no ano de 2011.

A ideia de “mais filhos, mais pensão”, pode ser também um estímulo à natalidade, embora as decisões nesta matéria costumem basear-se em motivos mais próximos. A segurança no emprego, a conciliação de trabalho e família, a disponibilidade de habitação acessível, influem mais do que uma pensão ainda distante. Por isso, restam importantes obstáculos a remover para que as famílias possam ter os filhos que desejarão.

Em Espanha, a taxa de fecundidade é das mais baixas da Europa (1,3 filhos por mulher). O número de nascimentos (426 000 em 2014) continua a ser insuficiente e, em 2015, anunciavam-se já mais falecimentos do que nascimentos. Como se fosse pouco, quase uma em cada cinco gravidezes termina em aborto (95 000 em 2014), o que constitui uma importante sangria demográfica. A idade do primeiro parto foi subindo até aos 31,8 anos, e quanto mais se atrasa a chegada do primeiro filho menos haverá.

Nomeadamente, perdeu-se o [terceiro filho](#), que é aquele que permite assegurar a substituição de gerações. Se os nascimentos de terceiros filhos ou posteriores constituíam 26 % do total em 1980, em 2012, equivaliam a pouco mais de 10 % (“Aceprensa”, 28.2.2014).

O mealheiro da Segurança Social pode ser reforçado à medida que aumenta a taxa de atividade, a qual em Espanha não chega a 60 %. Por isso, é uma boa [notícia](#) a evolução do emprego e do desemprego em 2015. A média de inscrição na Segurança Social cresceu em 533 000 pessoas que descontam, vindo a alcançar o número de 17,3 milhões de pessoas que trabalham.

Mas o mais decisivo é que haja um número de nascimentos que permita sustentar o sistema de pensões. Os berços são o melhor mealheiro.

I. A.

## “La Batalla de Bretton Woods”

“The Battle of Bretton Woods”

Autor: Benn Steil  
Deusto. Barcelona (2016).  
544 págs.  
Tradução (castelhano):  
Iván Barbeitos

O convulso cenário internacional em que nos encontramos, aponta segundo bastantes vozes, para a necessidade de configurar uma nova ordem económica. Um bom ponto de partida para abordar este desafio seria rever a origem do atual, de modo a fazer um balanço da sua contribuição. Isto é o que pretende este oportuno livro que expõe e analisa a Convenção de Bretton Woods, os acordos que nela assinaram 44 países em 1944, e os seus efeitos sobre a economia mundial.

O seu autor, Benn Steil, é colaborador habitual do “The Wall Street Journal” e do “Financial Times” e diretor de economia internacional do Council on Foreign Relations, influente *lobby* sobre assuntos de política externa norte-americana. Steil apresenta neste bem documentado trabalho, perspectiva, informação e argumentos que modificam de maneira substancial a crença, geralmente aceite, de que os acordos alcançados pelos EUA e pelo Reino Unido em Bretton Woods, se desenvolveram num ambiente de cordial e fluida colaboração.

O leitor irá deparando com a descrição do quadro histórico, político, económico e diplomático que provocou a queda de uma potência, o Reino Unido, e a ascensão de outra, os Estados Unidos; a perda de protagonismo da libra esterlina e a conversão do dólar em divisa de referência do sistema monetário internacional; a deslocação do centro financeiro mundial de Londres para Nova Iorque; e o nascimento de dois organismos económicos supranacionais de grande relevância e transcendência: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Para Steil, é de catalogar de “drama” as negociações, porque foi um acordo desigual, fiel reflexo do que realmente estava em jogo: a tentativa desesperada do Reino Unido para sobreviver à guerra. Neste sentido, todos os atores principais estavam plenamente conscientes de que a única maneira de consegui-lo era com a ajuda material e financeira dos EUA. O livro centra-se de modo particular em dois dos protagonistas dessa batalha: John Maynard Keynes, por parte do Reino Unido, e Harry Dexter White, pelos EUA. Ambos os personagens, com as suas respetivas personalidades claramente opostas, são analisados com grande pormenor pelo autor. O vencedor indiscutível do combate foi White e, portanto, os EUA.

O livro é um excecional relato onde também entra a intriga, e serve como testemunho da influência que nos acontecimentos históricos têm as circunstâncias e as ambições pessoais de

quem os protagoniza. Igualmente, permite saber o que funcionou ou não no âmbito económico, pelo que qualquer discussão sobre uma nova ordem económica deveria tê-lo em conta.

L. B. M.

